(...continuação)

TRANSRIO CAMINHÕES, ÔNIBUS, MÁQUINAS E MOTORES LTDA. - CNPJ nº 11.726.521/0001-47

visões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal. O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Empresa. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **2.10 Provisões 2.10.1 Geral** Provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Estas são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. Quando a Empresa espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **2.10.2 Provisão para demandas judiciais e administrativas** A Empresa é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência / obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.11 Receitas de contratos com clientes** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Empresa reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo: **2.11.1 Receita de vendas de veículos e peças a) Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativos** Os clientes obtêm controle dos veículos novos e seminovos, peças e acessórios quando os produtos são entregues. As faturas são emitidas naquele momento e são liquidadas por meio de débito em conta, boleto e cartão de crédito. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47** A receita de veículos novos, peças e acessórios é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. Os contratos de vendas de veículos seminovos devem contemplar garantia de motor e caixa de marcha por três meses subsequentes à venda. Para os contratos que possuem tais garantias, a receita é reconhecida à medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita não ocorra. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustada para as devoluções esperadas, quando aplicável. O direito de recuperar os produtos a serem devolvidos é mensurado ao valor contábil original do estoque, menos os custos esperados de recuperação e os produtos devolvidos são incluídos em estoque. **2.11.2 Receita de prestação de serviços a) Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamentos significativos** A Empresa presta serviços de assistências técnicas para os veículos novos e seminovos vendidos. As vendas de serviços são formalizadas por meio de ordens de serviços acordadas com os clientes, que incluem os valores de peças e mão de obra utilizados na prestação de serviços. As faturas para assistência técnica são emitidas após a conclusão dos serviços prestados. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47** A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a prestação de serviço. O valor da receita é estabelecido e formalizado por meio de orçamento apresentado pela Empresa ao cliente e por este aprovado, o qual é reconhecido quando da finalização do serviço contratado pelo cliente. **2.12 Benefícios a empregados** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa se estimada de maneira confiável. **2.13 Capital social 2.13.1 Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio** A distribuição de lucros e os juros sobre capital próprio para os sócios da Empresa são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no contrato social da Empresa. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado **3. Uso de estimativas e julgamentos** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **3.1. Julgamentos** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **a)** Receitas de contratos com clientes: se a receita de prestação de serviços é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico de tempo – nota explicativa 2.11.2.b. **3.2. Incertezas sobre premissas e estimativas** As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31/12/2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **a)** Perdas esperadas ("*impairment*") de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda – nota explicativa 8; **b)** Imobilizado (definição do valor residual e da vida útil) – nota explicativa 11; **c)** Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis – nota explicativa 12.1. **4. Novas normas que ainda não estão em vigor** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º/01/2021. A Empresa não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras: **a) Contratos onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)** As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º/01/2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. A Empresa determinou que todos os contratos existentes em 31/12/2020 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor. **b) Outras normas** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa: • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06); • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27); • Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15); • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26). **5. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos 5.1 Instrumentos financeiros por categoria** Os instrumentos estão apresentados nas seguintes classificações contábeis.

	31/12/2020			31/12/2019		
Ativos, conforme balanço patrimonial	**Ativos ao valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**	**Ativos ao valor justo por meio do resultado**	**Empréstimos e recebíveis**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa	1.179	149	1.328	17.075	405	17.480
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	13.656	-	13.656			
Contas a receber	-	51.183	51.183	-	25.806	25.806
Fundo de capitalização de concessionárias	-	28.169	28.169	-	24.999	24.999
Outros créditos	-	6.936	6.936	-	5.880	5.880
	14.835	**86.437**	**101.272**	**17.075**	**57.090**	**74.165**

	31/12/2020		31/12/2019	
Passivo, conforme balanço patrimonial	**Custo amortizado**	**Total**	**Custo amortizado**	**Total**
Fornecedores	9.432	9.432	6.976	6.976
Floor plan	42.001	42.001	64.916	64.916
Empréstimos	12.884	12.884	16.428	16.428
Arrendamento por direito de uso	34.988	34.988	33.307	33.307
Outras contas a pagar	1.276	1.276	4.343	4.343
	100.581	**100.581**	**125.970**	**125.970**

5.2 Valor justo dos ativos e passivos financeiros A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Empresa, está demonstrada a seguir:

	Valor contábil		Valor justo	
Ativos Financeiros	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Caixa e equivalentes de caixa	1.328	17.480	1.328	17.480
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	13.656	-	13.656	-
Contas a receber	51.183	25.806	51.183	25.806
Fundo para capitalização de concessionárias	28.169	24.999	28.169	24.999
Outros créditos	6.936	5.880	6.936	5.880
Total	**101.272**	**74.165**	**101.272**	**74.165**
Passivos Financeiros				
Fornecedores	9.432	6.976	9.432	6.976
Floor plan	42.001	64.916	42.001	64.916
Empréstimos	12.884	16.428	12.885	16.428
Arrendamento por direito de uso	34.988	33.307	34.988	33.307
Outras contas a pagar	1.276	4.343	1.276	4.343
Total	**100.581**	**125.970**	**100.581**	**125.970**

Os valores justos de instrumentos financeiros ativos e passivos são mensurados de acordo com as categorias abaixo: **Nível 1** - Preços observados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos; **Nível 2** - Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis; e **Nível 3** - Instrumentos cujos inputs significativos não são observáveis. A Empresa não possui instrumentos financeiros nesta classificação. A tabela abaixo apresenta a classificação geral dos instrumentos financeiros ativos mensurados ao valor justo em conformidade com a hierarquia de valorização:

	31/12/2020			31/12/2019		
	Nível 1	**Nível 2**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**
Ativos ao valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa						
CDB - Certificado de Depósitos Bancários	-	1.179	1.179	-	819	819
LFT – Letras Financeiras do Tesouro	6.400	-	6.400	-	-	-
LTN – Letras do Tesouro Nacional	7.256	-	7.256	-	-	-
Operações compromissadas	-	-	-	-	16.256	16.256
	13.656	**1.179**	**14.835**	**-**	**17.075**	**17.075**
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo - com diferença entre o contábil e o valor justo						
Empréstimos	-	12.885	12.885	-	16.428	16.428
	-	**12.885**	**12.885**	**-**	**16.428**	**16.428**

Os instrumentos financeiros cujos valores se equivalem aos valores justos são classificados no nível 2 de hierarquia de valor justo. As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar todos instrumentos financeiros ativos e passivos ao valor justo incluem: (i) Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; (ii) A análise de fluxos de caixa descontados. A curva utilizada para o cálculo do valor justo dos contratos indexados a CDI em 31/12/2020 está apresentada a seguir:

Curva de juros Brasil							
Vértice	1M	6M	1A	2A	3A	5A	10A
Taxa (a.a.) - %	1,92	2,10	2,83	4,16	5,05	6,03	7,18

Fonte: B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) 31/12/2020.

5.3 Gerenciamento de riscos financeiros A Empresa está exposta ao risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez sobre seus principais ativos e passivos financeiros. A Administração faz a gestão desses riscos com o suporte de um Comitê Financeiro da sua controladora Simpar e com a aprovação do Conselho de Administração da controladora direta Vamos para que as atividades que resultem em riscos financeiros da Empresa sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados. A Empresa não possuía instrumentos financeiros derivativos contratados para os exercícios findos em 31/12/2020 e 2019. **a) Risco de crédito** O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação financeira prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Empresa está exposta ao risco de crédito, principalmente com relação a contas a receber, depósitos em instituições bancárias, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros mantidos com instituições financeiras. i. Caixa e equivalentes de caixa e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da sua controladora indireta Simpar de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Comitê financeiro e Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposto ao risco de crédito. Para fins de avaliação de risco, são utilizadas uma escala local ("Br") de exposição ao risco de crédito extraídas de agências de rating, conforme demonstrado abaixo:

Nomenclatura	**Qualidade**
AAA	Prime
AA+, AA, AA-	Grau de Investimento Elevado
A+, A, A-	Grau de Investimento Médio Elevado
BBB+, BBB, BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo
BB+, BB, BB-	Grau de Não Investimento Especulativo
B+, B, B-	Grau de Não Investimento Altamente Especulativo
CCC	Grau de Não Investimento Extremamente Especulativo
DDD, DD, D	Grau de Não Investimento Especulativo de Moratória

A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito da Empresa é determinada somente em escala nacional ("Br") para caixa equivalentes de caixa e aplicações financeiras são como segue:

	31/12/2020
Valores depositados em conta corrente	**149**
Br AAA	1.179
Total de aplicações financeiras	**1.179**
Total de caixa e equivalentes de caixa	**1.328**
	31/12/2020
Depósitos em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	
Br AAA	13.656
Total de caixa e equivalentes de caixa	**13.656**

i. Contas a receber A Empresa utiliza uma "Matriz de Provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, baseado em sua experiência de perdas de crédito históricas. Essa Matriz de Provisão especifica taxas de provisão fixas dependendo do número de dias que as contas a receber estão a vencer ou vencidas e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos observados pela Administração. A baixa de ativos financeiros é efetuada quando não há expectativa razoável de recuperação, conforme estudo de recuperabilidade. Os recebíveis baixados continuam no processo de cobrança para recuperação do valor do recebível, e, quando há recuperações, estas são reconhecidas no resultado do exercício. A Empresa registrou uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas esperadas referentes ao contas a receber, conforme detalhado na nota explicativa 8.1. **b) Risco de mercado** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser de *commodities*, de ações, entre outros. Os Instrumentos financeiros da Empresa afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, empréstimos, arrendamentos por direito de uso e estão sujeitos basicamente ao risco de taxa de juros. Risco de variação de taxa de juros Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Empresa ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, ao caixa e equivalentes de caixa e aos títulos,valores mobiliários e aplicações financeiras, assim como às obrigações com empréstimos e os arrendamentos por direito de uso da Empresa, sujeitas a taxas de juros conforme nota explicativa 5.4. **c) Risco de liquidez** A Empresa monitora permanentemente o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez corrente.O objetivo da Empresa é manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, e manter flexibilidade por meio de linhas de créditos para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua liquidez e continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa. A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Custo:	**Veículos**	**Máquinas e equipamentos**	**Benfeitorias**	**Móveis e utensílios**	**Terrenos**	**Edifícios**	**Direito de uso (ii)**	**Outros(i)**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2018	**2.550**	**5.577**	**15.019**	**2.905**	**13.800**	**13.445**	**-**	**2.665**	**92.177**
Adoção inicial ao CPC 06 (R2)	-	-	-	-	-	-	36.216	-	36.216
Saldo em 01 de janeiro de 2019	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**36.216**	**-**	**36.216**
Adições	2.214	515	8	669	-	-	466	1.681	5.553
Baixas	(778)	(2)	-	-	-	-	-	-	(780)
Em 31 de dezembro de 2019	**3.986**	**6.090**	**15.027**	**3.574**	**13.800**	**13.445**	**36.682**	**4.346**	**96.950**
Adições	1.674	648	2.567	220	-	-	5.340	-	10.449
Baixas	(1.663)	-	-	-	-	-	-	(121)	(1.784)
Em 31 de dezembro de 2020	**3.997**	**6.738**	**17.594**	**3.794**	**13.800**	**13.445**	**42.022**	**4.225**	**105.615**
Depreciação acumulada:									
Em 31 de dezembro de 2018	**(1.041)**	**(2.804)**	**(3.417)**	**(1.855)**	**-**	**(2.978)**	**-**	**(322)**	**(12.417)**
Despesas de depreciação no exercício	(447)	(573)	(595)	(318)	-	(547)	(6.356)	(103)	(8.939)
Baixas	214	-	-	-	-	-	1.445	-	1.659
Em 31 de dezembro de 2019	**(1.274)**	**(3.377)**	**(4.012)**	**(2.173)**	**-**	**(3.525)**	**(4.911)**	**(425)**	**(19.697)**
Despesas de depreciação no exercício	(551)	(617)	(695)	(347)	-	(547)	(4.937)	(509)	(8.203)
Baixas	414	-	-	-	-	-	-	-	414
Em 31 de dezembro de 2020	**(1.411)**	**(3.994)**	**(4.707)**	**(2.520)**	**-**	**(4.072)**	**(9.848)**	**(934)**	**(27.486)**
Saldos líquidos:									
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**2.712**	**2.713**	**11.015**	**1.401**	**13.800**	**9.920**	**31.771**	**3.921**	**77.253**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.586**	**2.744**	**12.887**	**1.274**	**13.800**	**9.373**	**32.174**	**3.291**	**78.129**
Taxas médias da depreciação – no exercício de 2019	**20%**	**10%**	**4%**	**10%**	**-**	**4%**	**-**	**5%**	
Taxas médias da depreciação – no exercício de 2020	**20%**	**10%**	**4%**	**10%**	**-**	**4%**	**-**	**5%**	

(i) Refere-se substancialmente a computadores e periféricos e reformas de lojas que estão em andamento. (ii) Esses direitos de uso referem-se integralmente a contratos de arrendamentos de imóveis, conforme CPC 06 (R2). **12. Intangível** As movimentações nos exercícios findo em 31/12/2020 e 2019 estão abaixo demonstradas:

Custo:	**Softwares**	**Fundo de Comércio (i)**	**Acordo de não competição e carteira de clientes(iii)**	**Ágio (ii)**	**Outros**	**Total**
Em 31/12/2018	**386**	**30.814**	**7.204**	**3.918**	**67**	**42.389**
Adições	11	-	-	-	-	11
Em 31/12/2019	**397**	**30.814**	**7.204**	**3.918**	**67**	**42.400**
Adições	11	2.222	-	-	11	2.244
Em 31/12/2020	**408**	**33.036**	**7.204**	**3.918**	**78**	**44.644**
Amortização acumulada:						
Em 31/12/2018	**(99)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(99)**
Despesas de amortização no exercício	(61)	-	-	-	-	(61)
Em 31/12/2019	**(160)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(160)**
Despesas de amortização no exercício	(61)	(360)	-	-	(16)	(437)
Em 31/12/2020	**(221)**	**(360)**	**-**	**-**	**(16)**	**(597)**
Saldos líquidos:						
Saldo em 31/12/2019	**237**	**30.814**	**7.204**	**3.918**	**67**	**42.240**
Saldo em 31/12/2020	**187**	**32.676**	**7.204**	**3.918**	**62**	**44.047**

(i) Fundo de comércio refere-se aos direitos de concessão e de exploração da marca MAN pela Transrio na aquisição das filiais do Rio de Janeiro e de Sergipe. Esses ativos estão alocados aos conjuntos de lojas e territórios explorados, considerados em conjunto com a UGC Transrio no valor de R$ 33.036 (32.676 valor líquido). (ii) Este ágio tem como origem a aquisição de certas filiais da MAN pela parte relacionada Original Veículos. Como consequência, este passou a figurar como intangível da Transrio, quando da cisão da Original, que deu origem à Empresa. (iii) Trata-se de ativo intangível com vida útil indefinida por estar diretamente ligado à vigência do contrato de concessão entre a MAN e a Transrio, cujo o prazo é indeterminado. **12.1 Teste de redução ao valor recuperável *("impairment")*** O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros para um período de 7 anos e perpetuidade. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor que a UGC atua. As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso (fluxos de caixa do período de cinco anos) em 31/12/2020 são as que seguem:

						31/12/2020
Passivos Financeiros	**Contábil**	**Fluxo contratual**	**Até 1 ano**	**Até 2 anos**	**Acima de 3 anos**	
Fornecedores	9.432	9.432	9.432	-	-	
Floor plan	42.001	42.001	42.001	-	-	
Empréstimos	12.884	13.419	3.538	3.158	6.723	
Arrendamento por direito de uso	34.988	59.690	7.157	6.685	45.848	
Outras contas a pagar	1.276	1.276	1.276	-	-	
	100.581	**125.818**	**63.404**	**9.843**	**52.571**	

5.4 Análise de sensibilidade A Administração da Empresa efetuou análise de sensibilidade de acordo com o CPC 40 (R1), a fim de demonstrar os impactos das variações das taxas de juros e variações cambiais sobre seus ativos e passivos financeiros, considerando para os próximos 12 meses as seguintes taxas de juros e câmbio prováveis: • CDI em 2,83% a.a., com base na curva futura de juros (fonte: B3); e • SELIC de 2,83% a.a. (fonte: B3). A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo com os respectivos impactos no resultado financeiro, considerando o cenário provável (Cenário I), com aumentos de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III):

Operação	**Exposição em 31/12/2020**	**Risco**	**Taxa média provável**	**Cenário I provável**	**Cenário II + deterioração de 25%**	**Cenário III + deterioração de 50%**
Demais operações - pós-fixadas						
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações financeiras	1.179	Aumento do CDI	2,83%	33	41	50
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras - LFT	6.400	Aumento da SELIC	2,83%	181	226	272
Empréstimos	(12.884)	Aumento do CDI	2,83%	(365)	(456)	(548)
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira – pós-fixada	**(5.305)**			**(151)**	**(189)**	**(226)**
Demais operações - Pré-fixadas						
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras – LTN	7.256	Pré-fixado	2,83%	205	205	205
Arrendamentos por direito de uso	(34.988)	Pré-fixado	8,96%	(3.135)	(3.135)	(3.135)
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira – pré-fixada	**(27.732)**			**(2.930)**	**(2.930)**	**(2.930)**
Exposição líquida e impacto total da despesa financeira no resultado	**(33.037)**			**(3.081)**	**(3.119)**	**(3.156)**

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Empresa nas receitas e despesas financeiras, considerando os demais indicadores de mercado constantes. Quando ocorrer a liquidação desses instrumentos financeiros, os valores poderão ser diferentes dos demonstrados acima. **6. Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2020	**31/12/2019**
Caixa	87	34
Bancos	62	371
Total de disponibilidades	**149**	**405**
CDB - Certificado de depósitos bancários	1.179	819
Operações compromissadas	-	16.256
Total de aplicações financeiras	1.179	17.075
Total do caixa e equivalentes de caixa	**1.328**	**17.480**

Durante o exercício findo em 31/12/2020 o rendimento médio das aplicações foi de 2,62% a.a. atreladas 94,98% do CDI. **7. Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras**

	31/12/2020	**31/12/2019**
Operações Títulos públicos - Fundos Exclusivos (i)		
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	6.400	-
LTN - Letras do Tesouro Nacional	7.256	-
Total de aplicações financeiras	**13.656**	**-**

(i) O rendimento médio dos títulos públicos que estão alocados em fundos exclusivos administrados pela controladora Simpar, é definido por taxas pós-fixadas e pré-fixadas (LTN pré-fixada e LFT SELIC). Durante o exercício findo em 31/12/2020 o rendimento médio foi de 2,63% a.a. **8. Contas a receber**

	31/12/2020	**31/12/2019**
Valores a receber de serviços	25.255	13.178
Valores a receber de venda de veículos e peças	24.171	12.809
Valores a receber – partes relacionadas – nota 17.1	753	564
Receita a faturar	3.379	3.173
Valores a receber de cartões de crédito	2.810	1.331
Outras valores a receber	500	498
(-) Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber	(5.685)	(5.747)
Total	**51.183**	**25.806**

8.1 Classificação por vencimentos (*aging list*) e movimentação das perdas esperadas *(impairment)* de contas a receber

	31/12/2020	**31/12/2019**
Títulos a vencer	**40.085**	**22.969**
Vencidos em até 30 dias	8.958	1.897
Vencidos de 31 a 90 dias	2.430	696
Vencidos de 91 a 180 dias	356	853
Vencidos de 181 a 365 dias	503	1.055
Vencidos há mais de 365 dias	4.536	4.083
Total vencidos	**16.783**	**8.584**
(-) Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber	(5.685)	(5.747)
Total	**51.183**	**25.806**

As movimentações das perdas esperadas *("impairment")* de contas a receber estão demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	**(5.568)**
(-) Adição	(2.190)
(+) Reversões	2.011
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**(5.747)**
(-) Adições	(1.803)
(+) Reversões	1.865
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(5.685)**

9. Estoques

Descrição	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Veículos novos	11.862	43.360
Veículos usados	4.341	3.603
Peças para revenda (i)	19.308	17.083
Outros	906	3.076
(-) Provisão estimada para perdas de estoques (ii)	(217)	(490)
Total	**36.200**	**66.632**

(i) Refere-se a saldos de peças e equipamentos alocados nas concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos. (ii) A provisão para perdas estimadas com a desvalorização dos estoques refere-se a material de uso e consumo e peças para revenda. As movimentações para os exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 estão demonstradas a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	**(638)**
(-) Adições	(958)
(+) Reversão	1.106
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**(490)**
(-) Adições	(1.180)
(+) Reversões	1.453
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(217)**

10. Fundo para capitalização de concessionárias Os fundos para capitalização de concessionárias referem-se aos aportes efetuados pela Empresa para o fundo garantidor de crédito com montadoras de veículos. São valores percentuais do custo de aquisição de veículos que são retidos pelas montadoras e depositados em fundos administrados por instituições financeiras ligadas às mesmas, em nome Empresa. Esses fundos são utilizados como garantia das linhas de crédito de fornecimento de veículos e podem ser sacados os valores de contribuição excedentes às metas de contribuição estabelecidas anualmente. O saldo em 31/12/2020 corresponde a R$ 28.169 (R$ 24.999 em 31/12/2019). **11. Imobilizado** As movimentações no exercício em 31/12/2020 e 2019 estão demonstradas a seguir:

(Continua...)